

A ATUAÇÃO JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E OS DESAFIOS DO ATUAL CONTEXTO.

Raquel Sant Ana¹
Isabella Saraiva²
Yanka Godinho³
Maria Belchior⁴
Jennyara Campos⁵

Resumo: Esse artigo discute a atuação do coletivo de educação, parte do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), grupo de extensão popular alinhado junto aos movimentos sociais de luta pela terra. O coletivo, conjunto ao assentamento 17 de abril; a partir de oficinas com as crianças do primeiro ao quinto ano da escola Leonor Mendes de Barros, busca nos princípios de educação popular de Paulo Freire, desenvolver uma educação do campo. A extensão universitária e todas suas defesas de luta, assumem papel de resistência, no atual governo neoliberal, para reafirmar o compromisso da universidade com a democracia e a reforma agrária.

Palavras chaves: educação popular, identidade camponesa, educação do campo, reforma agrária; agroecologia.

Abstract: This article discusses the role of the collective of education, part of the Land and Root Agrarian Nucleus (NATRA), a popular extension group aligned with the social movements of struggle for the land. The Collective, set to the settlement 17 April; from workshops with children from the first to fifth year of the school Leonor Mendes de Barros, seeks in the principles of popular education of Paulo Freire, develop a field education. The University Extension and all its fighting defenses, assume a role of resistance, in the current neoliberal government, to reaffirm the commitment of the university with democracy and agrarian reform.

Keywords: popular education; peasant identity; field education; agrarian reform; agroecology.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária constitui um dos tripés da universidade pública junto a com ensino e a pesquisa. Este artigo discute o papel da extensão em especial aquela que faz trabalho junto aos movimentos sociais rurais e, apresenta a experiência do Núcleo Agrário Terra e Raiz da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, campus da UNESP.

Nosso objetivo é contribuir com a reflexão sobre a extensão universitária e os movimentos sociais e, ao mesmo tempo socializar o trabalho do NATRA que é um grupo interdisciplinar que atua nesta área há mais de 20 anos.

O contexto de regressão dos direitos e de ameaças cada vez mais frequentes às liberdades democráticas tem colocado novos desafios aos grupos que trabalham com os

¹ Assistente social, professora adjunta da faculdade de ciências humanas e sociais de Franca, campus da UNESP, pós doutora e livre docente, raquelssfranca@yahoo.com.br.

² Extensionista pela PROEX, discente em Serviço Social, isa_leonelferreira@hotmail.com.

³ Extensionista pela PROEX, discente em História, yankalimagodinho@gmail.com.

⁴ Estagiária do Núcleo Agrário Terra e Raiz, discente em Serviço Social, mariaestelabelchior2016@gmail.com.

⁵ Graduada em Serviço Social, jennyara.campos@gmail.com

diversos movimentos sociais e em especial aqueles que atuam com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual tem sido objeto frequente de discursos e práticas discriminatórias e criminalizadoras por parte do atual governo de Jair Bolsonaro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social que visa a reforma agrária e tem um projeto Popular para o Brasil, ou seja, luta pela soberania, equidade e justiça social. O MST surgiu no ano de 1984, contexto pós ditadura militar e, atualmente está presente nos 24 estados brasileiros. São 350 mil famílias que conquistaram terra e que permanecem mobilizadas em favor de um projeto de Brasil para todos, que contemple os direitos humanos, o respeito aos territórios nacionais e seus povos, o alimento sem veneno, a saúde, a valorização e decisões sustentáveis ao uso das riquezas naturais como a água, minerais e sementes e em defesa da biodiversidade. (MST *on line*)

O MST trabalha buscando despertar a conscientização do sujeito político e a transformação de cada um de seus integrantes. Tem como princípio a educação popular, formando seus membros para terem autonomia através da reflexão; na sua organização, as coordenações são feitas por setores; Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa.

O Movimento propõe não só a democratização do acesso à terra, mas o repensar da raiz histórica da desigualdade social, do extrativismo insustentável das riquezas naturais, do silenciamento dos povos originários, negros e camponeses! Desde 2000, atua em defesa da agroecologia e tem como bandeira a soberania alimentar e nutricional do país.

Por ser um movimento de massa de cunho classista e que se contrapõe ao atual modelo de desenvolvimento agrícola e agrário tem sofrido, nos últimos anos, forte processo de criminalização. Seus apoiadores, desde o governo Temer também tem sido acusados de “doutrinação” por desvendarem as raízes da desigualdade e da histórica concentração de terra do país.

Qual o papel da universidade, da extensão universitária, em especial daqueles que defendem a democratização do acesso à terra e contrapõem-se ao modelo hoje hegemônico na agricultura? Ainda que as ações do novo governo estejam apenas iniciando, o artigo apresenta um pouco as dificuldades do atual contexto e o posicionamento e ações do NATRA, cujo compromisso é com o fortalecimento da luta pela terra e dos movimentos sociais rurais.

1. A UNIVERSIDADE E OS DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ATUAL CONTEXTO.

No Brasil, o ano de 2019 iniciou com muitos desafios àqueles que defendem direitos humanos. O novo governo recém, eleito de Jair Bolsonaro inicia com um programa econômico neoliberal e com investidas duras aos direitos dos trabalhadores e às liberdades democráticas.

Na área da educação Ricardo Vélez Rodrigues assumiu como ministro e nomeou militares para várias subsecretarias. Vélez afirmou que a Universidade não deve ser para todos à medida que “muitos não têm disposição ou capacidade para isto” e defendeu o incentivo ao ensino médio em detrimento ao ensino universitário. A atual equipe defende o projeto “Escola Sem Partido”⁶ e, contrapõe-se à liberdade de expressão garantida pela Constituição brasileira.

A universidade que há muito vem sofrendo diversas pressões no sentido de atender aos interesses de mercado, vivencia novas investidas. Ainda que a privatização direta com cobrança de mensalidade não tenha sido defendida, o congelamento dos gastos públicos⁷ acaba por surtir efeito semelhante à medida que deixa como único caminho o sucateamento das universidades ou a corrida em busca de recursos por meio da privatização de serviços. Os cortes anunciados dos recursos destinados às bolsas e a permanência estudantil resultam também em inviabilização de direitos dos estudantes de menor poder aquisitivo, o que compromete o processo de democratização do acesso que já é bastante deficitário.

A universidade e seu tripé constituído de ensino, pesquisa e extensão passam por graves ameaças. Já há muito tempo as influências do setor privado têm direcionado cada vez mais a ciência e a formação profissional. Na universidade este processo resultou no que CHAUÍ (2000), destaca como a perda de seu papel de instituição voltada para a busca do conhecimento com uma função social a cumprir e, a transforma numa Universidade operacional, ou seja, que lida com a formação profissional voltada para os interesses privados. Nessa nova configuração conta mais o número de publicações e de aulas do que a qualidade; o tempo de formação no âmbito da graduação e pós-graduação é reduzido; a pesquisa e a

⁶ O projeto de lei 7.180/14, também conhecido como Escola sem partido, busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Entre outros pontos, o texto do Escola Sem Partido “proíbe professores das escolas públicas e privadas da educação básica de promoverem suas opiniões, concepções, preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. Também estabelece a proibição do ensino de temas ligados à “ideologia de gênero”, do termo “gênero” ou “orientação sexual”. O projeto ainda obriga a fixação de cartazes nas salas de aula e nas salas de professores com normas sobre a conduta dos professores”. Este projeto de lei é contrário à liberdade de expressão, e acredita que a neutralidade na educação é possível, sendo que esta, para ser efetiva, deve ser plural, explorando diversas percepções sobre dado assunto. O pluralismo não é uma forma de doutrinação, mas de construir uma educação crítica, que defende a liberdade e a democracia.
(<https://www.programaescolasempartido.org/>)

⁷ A PEC 241/2016, é uma proposta de emenda constitucional que prevê um novo Regime Fiscal no Brasil, com a criação de um teto para os gastos públicos. O objetivo é diminuir os gastos do governo e equilibrar o orçamento da União em até 20 anos. O congelamento dos gastos, em especial com saúde e educação, vai causar uma grave precarização dos serviços públicos e abrir as portas para o mercado.
(<http://www.todapolitica.com/pec-241/>)

extensão, em grande medida, passam a ser organizadas em diálogo ou diretamente voltadas para os interesses de mercado.

No âmbito específico da extensão universitária, tema principal deste artigo, podemos elencar como dificuldades: menor financiamento do Estado para os projetos, menor valorização das atividades, ampliação do conceito de extensão e a retirada de seu compromisso com o processo de transformação da realidade; abertura para parcerias sem maiores delimitações à participação da iniciativa privada.

O documento “Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira” de 3/10/2018 (online) afirma existir três perspectivas sobre extensão:

três concepções ideológicas que se entrecruzam e adquirem materialidade: a posição assistencialista, que se caracteriza pelo atendimento às demandas sociais por intermédio da prestação de serviços à comunidade; a dimensão transformadora, na qual as relações entre universidade e sociedade são dialógicas e buscam a transformação social, e, mais recentemente, o entendimento de que as demandas, advindas da sociedade, são tomadas como novas expectativas de serviços que a sociedade demanda da universidade. *A parceria da universidade com os demais setores da sociedade civil, portanto, poderia ser o mecanismo de articulação entre esses atores ao transformar a instituição de ensino também em produtora de bens e serviços.*

Ao propor que a universidade se volte para a produção de bens e serviços, abre-se a possibilidade de privatização da universidade pois, a partir desta lógica, cabe a esta universidade “Organização” sair em busca de financiamentos e recursos extras para sustentar projetos e pesquisas que são de responsabilidade do Estado. Isto, na realidade, é um fenômeno em curso já há algum tempo, mas que com as quedas dos investimentos públicos em pesquisa e na própria universidade, cria-se uma celeridade nesta tendência que passa a ser incentivada e apoiada diretamente. A universidade irá cada vez mais produzir tecnologia e serviços diretamente aos setores privados e, no atual contexto, estes ainda poderão se revestir de legitimidade como salvadores da universidade.

Em contraposição, aqueles que atuam junto aos movimentos sociais e segmentos subalternizados ficam com exíguos recursos e bolsas e, agora estão sob ameaças de sofrerem retaliação devido ao trabalho junto a estes sujeitos coletivos.

Marro (2014) ao descrever o trabalho de extensão junto aos movimentos sociais afirma a necessidade de reconhecer que estas práticas são subalternizadas frente a outras ações da universidade, tanto na pesquisa quanto na extensão, o que evidencia que estas não estão isentas das orientações neoliberais em curso. O estímulo a parcerias é uma evidencia deste processo que remete as formas indiretas de privatização da universidade.

Ocorre que partir do golpe parlamentar midiático de 2016, com a subida a presidência de Michel Temer e, principalmente agora com Jair Bolsonaro e sua equipe no poder, aqueles que trabalham junto aos movimentos sociais passam a ser chamados de “comunistas” e defensores de ideologias de esquerda dentro das universidades. A defesa do projeto “Escola sem partido” ou “Escola da mordança” como ficou conhecido, faz com que as atividades extensionistas das universidades públicas estejam em risco, bem como os sujeitos que as praticam. Só para ilustrar com uma assertiva rápida: em 2018 vários professores das universidades públicas que realizam a “Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular” (JURA) sofreram processos administrativos e perseguições ideológicas em todo o país.

Na faculdade de Ciências Humanas e sociais de Franca, campus da UNESP, o Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) atua há mais de 20 anos junto ao MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O grupo é coordenado por uma professora do Serviço Social e congrega cerca de 20 estudantes da graduação dos cursos de serviço social, história, relações internacionais e direito, e conta também com a participação da comunidade, profissionais e pós-graduandas.

O NATRA realiza seu trabalho em assentamentos e acampamentos rurais da região de Ribeirão Preto e Franca – SP e, tem como objetivo fortalecer a luta pela terra e os movimentos sociais rurais e, permitir uma formação crítica para os estudantes sobre questão agrária e movimentos sociais.

Desde seu surgimento até hoje já sofreu diversas retaliações e já foi hostilizado por fazendeiros, mas dentro da universidade nunca sofreu diretamente represálias políticas, quadro que pode se alterar nos próximos anos. A seguir apresentaremos as ações recentes do grupo, mais especificamente o trabalho voltado para a educação, pois, a medida que este possui muitos anos de atuação, os projetos efetivados ao longo do tempo contemplaram um amplo leque de atividades em diversos locais. É importante mencionar, no entanto, que o grupo sempre trabalhou com a metodologia da educação popular, em aliança com o Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST) e com atividades voltadas para a produção, a educação e cultura em assentamentos e acampamentos rurais e, em escolas públicas.

2. A ATUAÇÃO DO NATRA JUNTO AO TERRITÓRIO SEM TERRA

Os integrantes do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) atuam de forma conjunta na universidade, mas se dividem para a execução das ações na comunidade assentada em dois subgrupos: o Coletivo de educação e de produção, ambos compostos por estudantes dos

quatro cursos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. No ano de 2018 compôs uma equipe de estagiários de serviço social e de Relações internacionais, as quais atuaram junto ao coletivo de educação. Nos últimos anos, os dois coletivos estão atuando no assentamento 17 de Abril de Restinga, município do interior do estado de São Paulo e próximo de Franca onde está o campus da universidade. Por uma questão de espaço, este artigo se limitará a descrever as ações do grupo voltadas para a área da educação.

Cada subgrupo ou Coletivo tem uma área de atuação em específico: o coletivo de educação atua com crianças na escola do assentamento 17 de Abril em Restinga, interior de São Paulo; o Coletivo de produção desenvolve ações voltadas para a agroecologia trazendo o debate teórico e o manuseio de uma pequena área na moradia estudantil da UNESP de Franca e, realiza junto com produtores do assentamento o “Espaço agroecológico”, Ainda que as atividades deste coletivo não tenham condições de ser detalhadas neste artigo é bom mencionar que suas ações trazem o debate sobre agroecologia e viabilizam a presença dos assentados na universidade .

O grupo, incluindo seus dois Coletivos, se reúne semanalmente e se conecta visando o estímulo das discussões e problematizações de diversas pautas, tais como extensão universitária, universidade, movimento estudantil, reforma agrária, a função social da terra, a alimentação saudável e acessível, assim como uma educação do campo.

2.1. O Coletivo de Educação e a atuação junto às crianças

O Coletivo de educação realiza atividades na escola Leonor Mendes de Barros, conforme já mencionado. A proposta é efetivar uma educação que contemple os sujeitos do campo e os movimentos sociais, para que por intermédio da escola, seja possível construir uma consciência de classe na comunidade assentada, mesmo com os grandes desafios presentes na conjuntura de retrocessos e deslegitimação de direitos que permeiam a atual sociabilidade.

A educação deve ser uma alavanca para essa mudança, contribuindo para construção de uma identidade campesina e enraizamento das famílias Sem Terra, de maneira a fortalecer estes territórios.

A partir das vivências e experiências dos estudantes são trabalhadas temáticas sociais e interdisciplinares que dialogam com a agroecologia e com a metodologia da educação popular. O conjunto de saberes das crianças é um elemento essencial para a aprendizagem que ocorre nas oficinas executadas semanalmente com as turmas do segundo ao quinto ano, com duração de 50 minutos cada. Para isso, os universitários que participam

deste coletivo se reúnem para preparar as atividades e recebem assessoria de um coordenador pedagógico.

Especificamente no ano de 2018, o projeto do NATRA buscou estreitar os conceitos de agroecologia e identidade campesina junto às crianças, dando abertura e tentando iniciar uma proposta de “Educação do campo” na referida escola. Além disso, também houve a elaboração de oficinas pelas estagiárias do curso de Relações Internacionais sobre os movimentos sociais rurais, focando principalmente na Via Campesina.

Ademais, as oficinas realizadas com as crianças da escola trataram de temas que ajudam a fortalecer a identidade das crianças não só como camponeses, mas também como seres sociais de maneira a fortalecer a autonomia e a autoconfiança. Para isso, foram construídas, em conjunto com as crianças e de acordo com suas idades, oficinas sobre questões raciais, gênero, os movimentos sociais, a agroecologia, tendo como base a realidade dos estudantes.

Embora a atuação do NATRA junto ao território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seja bastante concreta e integre as ações da universidade na comunidade, há ainda diversas ameaças que podem afetar o desempenho do trabalho no assentamento. O Governo de Jair Bolsonaro tem colocado como "doutrinação" o exercício da crítica, a liberdade de expressão e isto expressa uma atitude contrária aos direitos humanos e de cidadania.

De acordo com o Fórum Nacional da Educação do Campo - FONEC, o atual governo é um risco para as conquistas que os camponeses tiveram nos últimos 20 anos, na área da educação, a partir da luta dos movimentos e organizações sociais e sindicais. Bolsonaro fez uma declaração dizendo que para solucionar "os históricos problemas de acesso à educação", irá criar "a educação à distância" e “fechar as escolas públicas municipais e estaduais dos assentamentos, por razões autoritárias e desrespeitosas com as centenas de milhares de famílias que ali vivem há décadas”.

O secretário especial de Assuntos Fundiários do atual governo, Luiz Antônio Nabhan Garcia, afirmou que

“não dá para o Brasil admitir em pleno século 21 fabriquinha de ditadores. Não dá para admitir escolas de marxistas, de leninistas, de bolivarianos, que ensinam crianças a invadir e cometer crimes. Vamos fechar as escolas e punir os responsáveis pela doutrinação. Aliás, isso tem de ser qualificado como crime. Crime de lesa pátria”.

(<https://jornalggn.com.br/crise/governo-bolsonaro-ameaca-fechar-escolas-do-mst-que-atendem-200-mil-alunos/>)

Nabhan é defensor dos latifundiários brasileiros, e se coloca a favor de usar a arma de fogo contra “invasores” de terras.

Dessa forma, o atual contexto político influenciará e agravará a repressão aos movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que defende a “Educação do Campo”. Segundo o movimento este:

[...] é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde sua realidade. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural (FERNANDES, 2002, p. 67).

A Educação do Campo direito está prevista na Constituição e na Lei de diretrizes e Bases da Educação – LDB (Nº 9.394, datada em 20 de dezembro de 1996) e em outros marcos legais, mas ainda assim está sendo ameaçada pela atual equipe do governo.

Daí a preocupação atual com os destinos do trabalho realizado no assentamento. Mas o NATRA continua em 2019 a trabalhar junto com Movimento e com as oficinas na escola justamente para estimular a discussão deste tema que é de extrema importância e, também, para caminhar em direção a uma educação mais libertadora e crítica.

2.2. A atuação do núcleo de estágio em serviço social para fortalecer o trabalho de extensão

O Núcleo de estágio compõe o Coletivo de educação, o qual é responsável pelo desenvolvimento de atividades junto à Escola Leonor Mendes de Barros, conforme acima mencionado.

O estágio no grupo de extensão é estabelecido pelo projeto pedagógico do curso de serviço social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e segue rigorosamente toda a legislação existente para o estágio em serviço social (Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a resolução 533 do Conselho federal de Serviço social- CFSS e, as legislações do MEC). A equipe de estagiários é composta por quatro estudantes e a supervisora, a qual é a coordenadora do NATRA. Dentre as estagiárias três são alunas trabalhadoras que não pertenciam ao grupo, mas que precisavam realizar estágio em horários alternativos e aos finais e, a outra já era membro do grupo como extensionista. Em 2019 todas compõem o grupo e participam das atividades que conseguem conciliar com seu trabalho.

Embora a equipe componha o Coletivo de Educação e participe de algumas atividades com as crianças ou na preparação das oficinas, o foco do trabalho é voltado para a comunidade assentada e as professoras da Escola. A proposta inicial do estágio era fazer o trabalho com a comunidade, mas ao longo do ano a dinâmica da realidade fez com que houvesse a necessidade de ampliar o trabalho para as professoras também.

A escola, apesar de estar situada num assentamento, não realiza nenhuma adaptação do currículo, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394, datada em 20 de dezembro de 1996, nos seguintes termos:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (Art. 28).

Em consonância com o plano de estágio, considerando a perspectiva urbanocêntrica presente na educação, o coletivo iniciou uma atuação mais direta com a comunidade, através de visitas domiciliares, com intuito de mobilização desta, e de promover uma interlocução com os pais e responsáveis dos educandos. O objetivo era repensar tal processo educativo e combater práticas autoritárias, promovendo uma educação emancipatória vinculadas à vida e ao trabalho no campo, de maneira a contribuir para articular a luta pela terra, pelo território, pela reforma agrária, pelo direito ao trabalho e pela soberania alimentar.

Considerando as dificuldades de mobilização da comunidade, o coletivo estabeleceu como estratégia de mobilização uma articulação com membros da comunidade que se destacam como liderança no assentamento 17 de abril, entre eles uma vereadora que reside no assentamento desde o início. A Vereadora manifestou o desejo de que a escola pudesse de fato estar alinhada a uma aos projetos de educação do campo e passou a contribuir para a efetivação da proposta. Ela está viabilizando a interlocução entre prefeitura, comunidade e escola, para implementar educação do campo na escola Leonor Mendes de Barros.

Esse projeto está em curso, ainda em seus passos iniciais e com bastante dificuldades frente a atual conjuntura pois, a educação do campo propõe práticas democráticas que buscam romper com a visão produtivista da educação tradicional e integrar o saber prático ao saber teórico, buscando a formação ampla do ser humano, a garantia e o fortalecimento desse território. Esta asserção está na contramão das propostas do atual presidente Jair Bolsonaro, acerca da educação de quem vive no campo.

Diante de tal conjuntura de grandes retrocessos e desafios, o núcleo de estágio permanece resistindo. O Plano de estágio de 2019 dá sequência a proposta de construir a interlocução com a comunidade e com as professoras para implementar a Escola do Campo. Para fortalecer a proposta, a equipe envolveu um professor da licenciatura do Campo da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e segue com o diálogo com a vereadora, o coordenador pedagógico do município, as professoras da escola e a comunidade assentada. Os sujeitos com maior resistência ao projeto são as professoras da escola que demonstram não conhecer as especificidades daquele território de luta e resistência. Por isto diversas estratégias estão sendo criadas, dentre elas, iniciar o processo de implantação da educação do campo na escola apenas estabelecendo um vínculo maior da comunidade com as professoras. Para isto estão sendo propostas reuniões na escola envolvendo as professoras e os representantes das associações do assentamento para falar da produção, da luta pela terra e da cultura das famílias residentes no assentamento.

O projeto em pauta se desenvolve a partir dos princípios de educação popular de Paulo Freire, que busca substituir o modelo de escola “autoritária”, para uma autêntica participação livre e crítica dos educandos, protagonizando os mesmos como sujeitos sócio históricos, capazes de defender de fato a democracia e a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe as preocupações do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) com a conjuntura atual, destacando também suas ações nos últimos dois anos.

É importante mencionar que o NATRA é um grupo que já formou diversas gerações de estudantes dos quatro cursos do campus e que é um dos grandes interlocutores no debate sobre a questão na universidade.

A extensão universitária compõe o tripé da universidade pública, ainda que esta tenha menor destaque e prestígio, especialmente quando atua em projetos sociais vinculados a sujeitos coletivos que promovem a resistência às diferentes formas de exploração/opressão da sociabilidade atual como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O NATRA busca construir uma universidade que cumpra com seu papel de instituição social e dialogue com a sociedade e os movimentos sociais; procura trabalhar temas como agroecologia, educação do campo, soberania alimentar e educação popular e reafirma seu compromisso com a reforma agrária popular.

Nesta conjuntura adversa de maior criminalização dos movimentos sociais, o Natra se coloca como um espaço de apoio a luta pela terra e aos sujeitos coletivos que constroem a luta e a resistência. E a maior evidencia dessa resistência construída pelo grupo é que apesar das ameaças estará dando continuidade ao seu trabalho nos assentamentos e promovendo o debate sobre a questão agrária e os movimentos sociais na universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso: março de 2019

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. In: Cadernos de Textos. 1ª Assembléia Universitária da UNESP. 30/03 a 02/04/2000. Campus de Bauru, SP. UNESP

Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102551-pces608-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192

ENGELMANN, Solange. FONEC repudia declarações de Bolsonaro sobre a Educação do Campo. Publicação: 24 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/10/24/fonec-repudia-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-educacao-do-campo.html>. Acesso: março de 2019

Escola sem partido - Por uma lei contra o abuso da liberdade de expressão. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso: março 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Diretrizes de uma caminhada”. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Saete. (organizadores). **Educação do campo: identidades e políticas públicas: por uma educação do campo**. Brasília, Distrito Federal: articulação nacional. Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.4.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

_____. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Governo Bolsonaro ameaça fechar escolas do MST que atendem 200 mil alunos. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/crise/governo-bolsonaro-ameaca-fechar-escolas-do-mst-que-atendem-200-mil-alunos/>. Acesso: março 2019.

LIMA, Eloisa Aparecida Cerino Rosa. **Educação do Campo: rompendo cercas e disputando territórios**. Dissertação, 2017.

MARRO, K. I , **O que a universidade pode aprender quando coloca os pés em um acampamento sem terra? - IN: ABRMIDES, M.B., DURIGUETTO, M.L. (Orgs) Movimentos Sociais e serviço Social- uma relação necessária. São Paulo: Cortez. 2014.**

_____. **Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária.** <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1652>

MST: Quem somos. Disponível em <http://www.mst.org.br>. Acesso em: março 2019.

O que é a PEC 241? Disponível em: <http://www.todapolitica.com/pec-241/> . Acesso em: março 2019.